

| | |
|---|--------------|
| DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES | |
| Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas | |
| CEIOP | |
| N.º Único | 600273 |
| Entrada/Saída n.º | 255 |
| Data | 2 / 5 / 2018 |

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Economia,
Inovação e Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

Assunto – Alegado relacionamento entre o Dr. Manuel Pinho, enquanto Ministro da Economia e da Inovação, e o Sector Privado

O ex-ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, integrou o governo de José Sócrates nos cerca de 5 anos decorridos entre 2005 e 2009, assumindo a tutela setorial da Energia e por conseguinte da EDP, num período em que o setor energético registou uma significativa transformação, com alterações de enquadramento impactantes ao nível da gestão e resultados dos operadores que nele atuam.

Durante aquele período, o Estado português, através do seu ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, interveio em processos como os programas para exploração de energias renováveis, de criação de redes de carregamento para veículos elétricos, para construção de barragens, ou para aprovação dos designados Projetos de dito Interesse Nacional-PIN, nem sempre pacíficos na sua aplicação e nem nas suas consequências.

Importa recordar que a EDP recebe desde Julho de 2007, a título de compensação, os designados CMEC ou Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual-CMEC, devido à cessação antecipada de vários Contratos de Aquisição de Energia-CAE que a empresa tinha em cerca de três dezenas de centrais elétricas, maioritariamente barragens, garantindo-lhe uma receita previsível para a eletricidade produzida naquelas centrais.

Com o início do mercado grossista de eletricidade ibérico terminaram com a concordância da EDP os CAE de que a operadora beneficiava, passando as respetivas centrais a vender a sua eletricidade no mercado, embora assegurando a neutralidade financeira desta mudança, através do início do pagamento pelo Estado português dos CMEC, constituindo um pagamento adicional à receita que as centrais da EDP viessem a conseguir no mercado, e que, segundo a Autoridade da Concorrência têm um peso muito significativo nas receitas anuais daquele operador.

Após uma queixa de várias personalidades sobre estes instrumentos, a Comissão Europeia decidiu abrir uma investigação aprofundada aos CMEC, bem como o

negócio que, em 2007, sendo ministro Manuel Pinho, prorrogou a concessão à EDP do domínio público hídrico, e que lhe permitiu continuar a explorar as barragens que tinham CMEC associados.

Internamente, além da AdC-Autoridade da Concorrência, também a ERSE-Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos tem vindo a fazer recomendações ao Governo no sentido da revisão destas compensações determinadas durante o governo de José Sócrates.

Têm-se levantado publicamente algumas interrogações e produzido algumas acusações muito graves - desde logo ao nível ético - para qualquer Estado democrático, e que se impõem por isso esclarecer sem demora.

Em face das suspeitas que têm vindo a público sobre o alegado relacionamento do Dr. Manuel Pinho com o Grupo Espírito Santo, poderá estar em causa todo o processo de decisão ao nível da governação, a lisura, a independência e a transparência com que os mesmos devem sempre decorrer, deixando perdurar uma dúvida inaceitável sobre todos os que prestam serviço público, e isto sem que tenha havido uma única reação pública, um comentário, uma explicação ou uma clarificação sobre uma matéria tão grave, por parte do principal visado, o ex-ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho.

É incompreensível todo o silêncio que envolve esta matéria, quando pode estar em causa um comportamento a todos os títulos inadmissível, anti-ético e prolongado no tempo e por parte de um governante com tantas responsabilidades, e sem que se ouça uma simples palavra sequer de explicação aos portugueses.

No sentido de esclarecer cabalmente estas transformações, os factos a elas associados e as dúvidas sobre as decisões que envolveram o ex-ministro da Economia e da Inovação, entendem os deputados Grupo Parlamentar do PSD ser imperativo convidar o então governante responsável pela tutela do setor, Dr. Manuel Pinho, a poder pronunciar-se com a urgência possível, razão pela qual vêm requerer a Vossa Excelência, as necessárias diligências nesse sentido.

Lisboa, 30 de Abril de 2017.

Os Deputados,